Notícias do dia 25 de maio

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 3 | Número de veículos: 2

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
RRF permitirá Goiás reequilibrar contas e fazer investimentos - FIO DIRETO 3

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
TCE - GO
OS da saúde teia que devolver dinheiro ao Estado - FIO DIRETO 4

MAIS GOIÁS - GO - NOTÍCIAS
TCE - GO
Escolhido relator da PEC que extingue o TCM, Talles Barreto promete imparcialidade 5

RRF permitirá Goiás reequilibrar contas e fazer investimentos - FIO DIRETO

Cloves Reges

O governador Ronaldo Caiado celebrou a decisão do STF que, por unanimidade, determinou a adesão do Estado de **Goiás** ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), com as prerrogativas de suspensão do pagamento da dívida. Não é pra menos. Desde que assumiu o Governo, em janeiro de 2019, o democrata sofre com as consequências da má gestão tucana que impôs ao Estado um rombo próximo de R$ 7 bilhões, incluindo aí cerca de RS 2 bilhões de despesas sem prévio empenho, o que configurava um quadro de insolvência do ente público. Segundo o **TCE**-GO, uma verdadeira contabilidade criativa operada nas contas do Estado comprometeu a gestão fiscal e financeira de **Goiás**, obrigando o atual governo a recorrer à suspensão do pagamento da dívida para que não ocorresse o colapso na prestação dos serviços públicos. A decisão "dá fôlego ao Estado", que só vinha funcionando graças à suspensão do pagamento do serviço da dívida, decorrente de liminares concedidas pelo STF a partir de junho de 2019. Agora, o Estado ja poderá assinar o contrato de refinanciamento de dívidas com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), do Ministério da Fazenda, no valor da dívida suspensa, que poderá alcançar R$ 4 bilhões, com pagamento a partir de janeiro de 2022. De acordo com Caiado, a adesão ao RRF "fica marcada como a virada de **Goiás**", que agora poderá trabalhar dentro de um planejamento que permita a sua recuperação fiscal. "Tenho certeza que em poucos anos vamos ser o primeiro lugar do Brasil em termos de resultados", afirma o chefe do executivo goiano.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210525

OS da saúde teia que devolver dinheiro ao Estado - FIO DIRETO

Cloves Reges

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** (**TCE**-GO) julgou procedente a representação formulada pela **Controladoria Geral do Estado** de **Goiás** (**CGE**-GO) em razão dos fatos narrados no Relatório Conclusivo de Auditoria n.° 185/2015 - SCI/**CGE** por meio do qual são relacionadas irregularidades detectadas na execução do Contrato de Gestão firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde e a Organização Social Pró-Saúde, nos exercícios de 2013 e 2014. Segundo o **TCE**, foram encontradas irregularidades quanto ao pagamento indevido de horas de plantão, ausência de comprovação do cumprimento da carga horária contratada e pelos serviços faturados com data anterior à constituição das empresas. O dano causado ao erário seria de R$ 105 mil, que devem ser restituídos ao Estado pela Organização Social.

O relator, **conselheiro Kennedy Trindade**, aplicou multa ao administrador da Organização Social Pró-Saúde à época, Reginaldo Costa Biffe, com fundamento no artigo 112, inciso II da Lei Estadual n° 16.168/2007, no percentual de 30%. O contrato em questão refere-se à gestão do Hospital de Urgências da Região Sudoeste (Hurso).

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20210525

Escolhido relator da PEC que extingue o TCM, Talles Barreto promete imparcialidade

Depois do prazo regimental de dez dias, Talles Barreto (PSDB) foi escolhido como relator da proposta de emenda à Constituição (PEC) da **Assembleia Legislativa de Goiás** (**Alego**) que extingue o Tribunal de Contas do Município (TCM-GO). O tucano, que é favorável a manutenção do TCM e votará contra a PEC, garantiu que fará um relatório técnico.

"Já preparo o relatório, estou juntando a documentação e vendo a posição de todos os órgãos envolvidos com o TCM, como a OAB, o Conselho de Contabilidade e o próprio **Tribunal de Contas do Estado** (**TCE**)", enumerou. De acordo com ele, ainda não é possível dizer os rumos do parecer, apesar dele mesmo já ter se posicionado. "O relatório será contundente e imparcial, farei um trabalho técnico."

Vale lembrar, anteriormente Talles defendeu a manutenção do TCM-GO. Ao portal, nesta terça, ele reforçou que é um deputado municipalista e que entende a importância do Tribunal na fiscalização e na condição de orientar os 246 municípios de **Goiás**.

Inclusive, independente do relatório, Talles acredita que proposta não passa na Casa. "Pelas manifestações que ouvimos.", relata.

PEC

A PEC que prevê a extinção do órgão foi apresentada em 27 de abril pelo deputado estadual Henrique Arantes com 26 assinaturas. Desde o começo das discussões, prefeitos, entidades e deputados se manifestaram contrários e favoráveis à proposta. O TCM, por sua vez, sempre reforçou que o órgão não é caro, nem ineficiente.

O tribunal é responsável pela fiscalização dos 246 municípios goianos (Prefeituras e Câmaras Municipais), empresas públicas, fundações, autarquias, institutos de previdência, Fundos Municipais de Saúde; Fundos municipais de assistência social, dos direitos da criança e do adolescente, de habitação de interesse social, de educação e de manutenção e desenvolvimento da educação básica.

Ao todo, segundo o TCM, são 1.900 entidades avaliadas com base na transparência e nos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Por meio de nota, ao portal, o tribunal disse que não é ineficiente e nem caro. Atualmente, o custeio mensal do órgão é de R$ 530 mil, mais 9,650 milhões em servidores ativos e R$ 5,7 milhões de inativos.

"Seu custo não chega a 0,5% (meio por cento) do orçamento do Estado de **Goiás**. A propalada redução de custo seria pífia." Com a extinção do órgão, os servidores seriam remanejados, por exemplo, para o **TCE**. "A solução de continuidade seria gigantesca e danosa à sociedade. O Estado consumirá tempo e recursos para absorver a estrutura e a expertise que o TCM detém para lidar com a gestão municipal", adverte.

Vale lembrar, em 2018 também houve a sugestão, por parte do ex-deputado estadual [hoje federal] José Nelto (Podemos), de extinguir o tribunal.

Aposentadoria

Vale lembrar, o **conselheiro** Nilo Resende anunciou a sua aposentadoria, neste mês. Com isso, a Assembleia Legislativa deve indicar o deputado Humberto Aidar (MDB) para o cargo. Interlocutores chegaram a dizer que o projeto seria esvaziado, com a retirada de assinaturas .

Nilo, destaca-se, estava no TCM desde 2013. A resolução administrativa que aprovou o pedido da aposentadoria voluntária considerou o "tempo de contribuição, idade, dentre outros". Ele, se quisesse, poderia seguir até os 75 anos para deixar o cargo, por meio de aposentadoria compulsória.

O pedido, vale lembrar, teve como relator o **conselheiro** Francisco José Ramos. Todos os demais acompanharam o parecer.

Site: https://www.emaisgoias.com.br/escolhido-relator-da-pec-que-extingue-o-tcm-talles-barreto-promete-imparcialidade/